



Análise do perfil de gerenciamento tecnológico em empresas do setor advocatício brasileiro

Daniella Jardim Antunes Ferreira
daniellajardim@id.uff.br
UFF

Camilla Torres Clarkson
camillaclarkson@id.uff.br
UFF

Carlos Francisco Simões Gomes
cfsg1@bol.com.br
UFF

Resumo: O presente trabalho buscou levantar o perfil tecnológico encontrado em escritórios de advocacia através de um questionário com profissionais do setor, elaborado a partir do referencial teórico adquirido a partir da coleta documental e bibliográfica. A partir do questionário aplicado, foi possível traçar o perfil dos escritórios de advocacia, em especial os do Rio de Janeiro. Muitos apenas possuem os seus computadores conectados a uma rede WIFI ou LAN e a maioria não está acompanhando a crescente digitalização do setor. Assim, verificou-se que o setor possui um baixo nível tecnológico, tornando diferenciados e mais competitivos os escritórios que investirem em infraestrutura de TI. Este artigo apresenta um estudo inicial sobre o tema, havendo outras possibilidades de abordagens sobre o uso de TI em escritórios de advocacia e sugere-se que este estudo seja aprofundado no futuro a partir do uso de outras ferramentas de análise, pois o setor advocatício brasileiro carece de análises deste porte.

Palavras Chave: TI - Gerenciamento - Advocacia - -



1. INTRODUÇÃO

Devido à inconstância econômica, tecnológica, política e social, as empresas precisam estar preparadas para todas as situações que possam vir a acontecer. Em um escritório de advocacia esta realidade não é diferente. Com as constantes mudanças legislativas, trabalhistas e tecnológicas, uma empresa neste ramo precisa estar preparada para mudanças estruturais e nos seus processos de forma a se adaptar ao novo ambiente. Segundo (GILLERS, 2011), algumas leis têm que ser mudadas de acordo com a mudança das tecnologias, para que o sistema continue sendo eficiente. No Brasil, este cenário pode ser ainda mais hostil com as rápidas mudanças tecnológicas, porém leis e procedimentos rígidos, de forma a dificultar a atuação dos escritórios de advocacia.

Os escritórios de advocacia utilizam o conhecimento de forma intensa, logo a utilização de uma tecnologia avançada pode transformar profundamente esse setor (GOTTSCHALK, 2000). Por isso, o presente artigo aplica um questionário baseado no referencial teórico acerca do uso de Tecnologia da Informação (TI) por empresas em um escritório de advocacia situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, buscando entender o contexto e ambiente no qual ele está inserido, levantar as tecnologias que poderiam ser utilizadas para aumentar a eficiência do escritório, e, assim, auxiliar na tomada de decisões referente às aplicações tecnológicas neste setor.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

A TI permite que o conhecimento presente em uma determinada empresa seja disseminado para todas as pessoas envolvidas e facilita o fluxo de informações internamente e externamente. O objetivo da implementação da TI em serviços advocatícios, é fazer com que processos advocatícios complexos se tornem simples com a tecnologia (WOJTKOWSKI; MAJOR, 2004). Segundo Gottschalk (2000), para empresas pequenas é possível se ter bons fluxos produtivos mesmo sem ter um bom gerenciamento de conhecimento, porém as mesmas não serão tão eficazes. Em escritórios grandes isso é praticamente impossível, devido à complexidade das suas redes de conhecimento - grupo de pessoas e atividades que se relacionam entre si e trocam informações - que requerem o suporte de uma infraestrutura técnica, uma rede de comunicação e serviços de informação (arquitetura de informação) para facilitar esse relacionamento (KHANDELWAL; GOTTSCHALK, 2003).

2.1.1. REDES

De acordo com Tanenbaum (2003) as redes são o meio pelo qual um computador é conectado a um servidor. É através delas que os dados podem ser enviados de um computador para outro em uma empresa, que uma pessoa pode acessar remotamente informações do seu escritório além de possibilitar o envio de mensagens instantâneas. Existem diversos tipos de redes e cada uma tem a sua aplicação específica e, portanto, podem ser usufruídas de maneiras diferentes por empresas diferentes. Os tipos são: Redes locais ou redes LANs (Local Area Network); Redes metropolitanas ou MAN (Metropolitan Area Network); Redes geograficamente distribuídas ou WAN; Redes Privadas Virtuais ou VPN (Virtual Private Network); e Redes de área regionais ou RAN (Regional Area Network).

2.1.2. SISTEMA OPERACIONAL

Segundo Silberschatz, Galvin e Gagne (2010), um sistema operacional é responsável por coordenar o uso do hardware entre os programas aplicativos que os diversos usuários



utilizam. Ele em si não desempenha nenhuma função ativa, mas atua como intermediário entre o usuário e o hardware de um computador, fornecendo um ambiente no qual o usuário possa executar programas. Os principais modelos de sistemas operacionais são: Windows, desenvolvido pela empresa Microsoft; Mac Os, desenvolvido pela empresa Apple e; Linux, um sistema gratuito criado por Linus Torvalds.

2.1.3. BANCO DE DADOS

Um banco de dados, segundo Elmasri e Navathe (2010), é “uma coleção de dados relacionados”, ou seja, dados derivados de algum evento do mundo real e que apresentam alguma relação lógica entre si. Com a finalidade de gerenciar um banco de dados, é necessário o uso de um sistema de software chamado Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD). Esse sistema “facilita o processo de definição, construção, manipulação e compartilhamento de bancos de dados entre diversos usuários e aplicações” (ELMASRI; NAVATHE, 2010). É o SGBD que permite os usuários finais acessarem os dados, fazerem alterações e compartilharem-nos (ARAÚJO et al., 2017). Há diversos SGBD, mas os principais são Firebird, mSQL, MySQL, Oracle, SQL-Server e *Microsoft Access*.

2.1.4. SERVIDORES

Em diversas redes de computadores, como a própria internet, além do computador cliente (computador que possui interface direta com o usuário final) há também computadores com os quais os usuários finais não possuem uma interface direta, os servidores. Estes são computadores mais potentes capazes de processar melhor os dados que recebe (KUROSE; ROSS, 2003).

2.1.5. CLOUD COMPUTING

A tecnologia de cloud computing tem atraído diversas empresas devido à diminuição do custo de recursos computacionais que ela proporciona (AMANATULLAH et al., 2013). Apesar de não existir uma definição precisa, Amanatullah et al. (2013) descreve cloud computing como “a implementação de serviços flexíveis e escalares sem possuir recursos computacionais instalados diretamente no sistema do consumidor”, ou, segundo Chang, Walters e Wills (2015), como uma arquitetura orientada para o serviço, em que dependerá do que o cliente (no caso, a empresa) necessita nas suas operações. O mais importante quando se fala de computação em nuvem não é o poder do hardware ou infraestrutura, mas sim o modelo de plataforma como serviço, que representa “a soma do poder de infraestrutura computacional com softwares e soluções de ponta”, possibilitando a criação de diversos serviços, que atuam como uma plataforma para a criação e desenvolvimento de novas soluções por seus contratantes. Entre eles, estão os serviços cognitivos e a possibilidade de uma efetiva inteligência artificial (RODAS, 2017).

2.1.6. ERP (*ENTERPRISE RESOURCE PLANNING*)

Sistemas de gestão de recursos empresariais ou ERP (Enterprise Resource Planning) são sistemas que utilizam um banco de dados compartilhado (HONG; KIM, 2002) para integrar diversas áreas e processos de uma empresa (KUMAR; HILLEGERSBERG, 2000) de forma a facilitar o fluxo de informações e, assim, a comunicação entre as mesmas. Com uma comunicação precisa e informações sempre atualizadas, o que envolve cooperação entre diversas áreas da empresa, há um aumento na qualidade e eficiência dos serviços prestados (UMBLE; HAFT; UMBLE, 2003).

Diversas empresas deixaram de desenvolver os seus próprios sistemas e passaram a contratar soluções ERP buscando essas melhorias. As primeiras implementações do ERP foram



na indústria, com o objetivo de integrar o planejamento e controle do inventário com a manufatura, mas com o tempo foi envolvendo também outros setores como vendas, compras, financeiro e recursos humanos. Porém, é importante entender que para a implementação do ERP ser bem-sucedida, é necessária a adaptação de toda a empresa ao novo sistema, incluindo-se mudanças na tecnologia, funcionários, cultura, processos e a própria estrutura organizacional da empresa, o que pode ser atingido através de uma boa liderança e comprometimento (AL-MASHARI; AL-MUDIMIGH; ZAIRI, 2003; HONG; KIM, 2002; KUMAR; HILLEGERSBERG, 2000).

2.2. ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

Para um aprofundamento nesta atividade, é importante especificar o que é um escritório de advocacia. Segundo Gottschalk (2000), “um escritório de advocacia pode ser entendido como uma comunidade social especializada na criação e transferência de conhecimento legal”. Legislativamente, a sua definição encontra-se no Código Civil, Lei 10406/02 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2002). Para haver um melhor entendimento, primeiramente será especificado como a lei considera a sociedade simples ou empresarial:

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
Parágrafo único - Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2002).

Art. 982. Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário, sujeito a registro (art. 967); e, simples, as demais (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2002).

Portanto, as sociedades empresariais estão intrinsecamente ligadas à geração de riquezas que não necessariamente são relacionadas à atividade principal dos colaboradores, tendo que ser registrada na Junta Comercial. Já as sociedades simples possuem todos os seus funcionários, inclusive sócios, exercendo a atividade econômica fim e devem ser registradas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Os escritórios de advocacia possuem uma legislação própria (lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994) e nela encontramos o seguinte artigo:

Art. 16. Não são admitidas a registro nem podem funcionar todas as espécies de sociedades de advogados que apresentem forma ou características de sociedade empresária, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam como sócio ou titular de sociedade unipessoal de advocacia pessoa não inscrita como advogado ou totalmente proibida de advogar (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1994).

Logo, podemos concluir que os escritórios de advocacia se constituem sociedades simples, nos quais todos os sócios e funcionários devem exercer a atividade para o qual foram devidamente licenciados, que neste caso se trata em prestar serviços de advocacia. É importante frisar que os profissionais e o próprio escritório precisam estar regularizados pela OAB – Ordem dos Advogados do Brasil (TECH, 2017).

O porte dos escritórios de advocacia considerado para este trabalho é o descrito pela SEBRAE (2017), conforme a tabela 1. Entretanto, para simplificação da nomenclatura, os escritórios micro e pequenos serão enquadrados na definição de pequeno porte.

**Tabela 1:** Porte de empresas segundo número de colaboradores

Tamanho da Empresa	Quantidade de Colaboradores
Micro	até 9 empregados
Pequena	de 10 a 49 empregados
Média	de 50 a 99 empregados
Grande	mais de 100 empregados

Fonte: SEBRAE (2017)

3. METODOLOGIA

3.1. ESTUDO REALIZADO

A abordagem inicial do estudo consiste em analisar a estrutura de TI do setor advocatício, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, com uma abordagem qualitativa. Para levantar dados sobre o setor, um questionário foi elaborado e enviado para diversos profissionais da área e foram feitas entrevistas com os profissionais do escritório de advocacia no qual será feito o estudo de caso.

3.2. COLETA DE DADOS

O questionário é dividido em duas sessões: perguntas pessoais, a fim de levantar o perfil dos respondentes, e perguntas sobre a aplicação da Tecnologia da Informação nas empresas dos mesmos. Inicialmente, o questionário foi enviado para um especialista da área, que validou as perguntas e propôs algumas alterações. Então, um segundo questionário foi formulado, a partir das sugestões dadas anteriormente, e foi enviado para um grupo de 6 pessoas (Petit comitê) da área jurídica para mais sugestões. Por fim, novas alterações no questionário foram realizadas, de forma a torna-lo mais claro e objetivo, e o questionário final foi enviado para diversas pessoas do setor (o questionário final pode ser encontrado no Anexo 1). O total de respostas foi 41, porém três respostas tiveram que ser desconsideradas por não se enquadrarem no perfil desejado.

4. ANÁLISES DOS RESULTADOS

4.1. PERFIL DO SETOR

A partir dos questionários, pôde-se levantar informações sobre o setor jurídico, como em que tipo de empresa as pessoas trabalham, em quais áreas estão distribuídas, formação e idade. Os dados levantados sobre a representatividade dos estados dos participantes da pesquisa se encontram a seguir (figura 1).

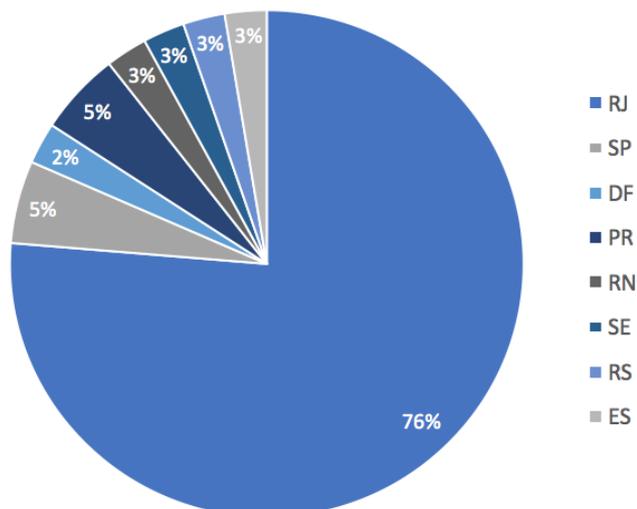


Figura 1: Representação dos estados representados na pesquisa.

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme mostrado na figura 1, a maior parte dos respondentes são do estado do Rio de Janeiro, porém há outros estados representados nesta pesquisa. A figura 2 apresenta os dados referentes à idade dos respondentes.

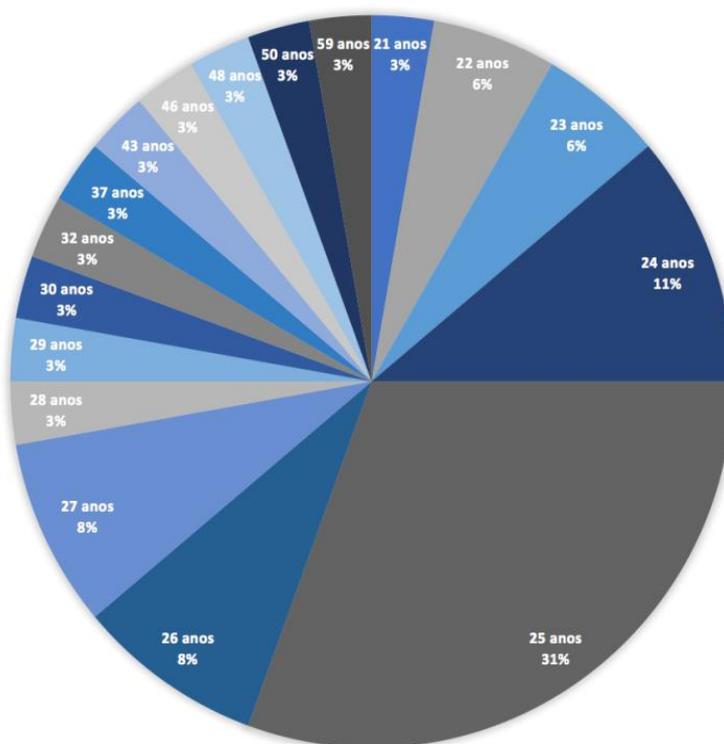
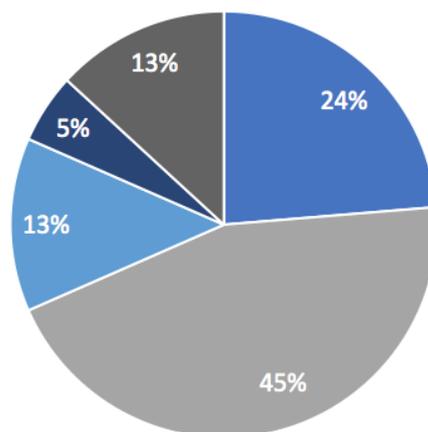


Figura 2: Idade dos participantes.

Fonte: Elaborado pelos autores

A figura 3 mostra o tempo de formação dos participantes da pesquisa.



■ Menor ou igual a 1 ano ■ Entre 1 e 3 anos ■ Entre 3 e 15 anos
■ Maior que 15 anos ■ Não terminou graduação

Figura 3: Tempo de formação.
Fonte: Elaborado pelos autores

Há uma concentração na faixa dos 20 anos (figura 2), especialmente na idade de 25 anos (11 pessoas), o que explica o maior percentual dos formados entre um e três anos (figura 3). É importante citar que duas respostas foram desconsideradas com respeito à idade, pois houve um erro ao coletá-las.

As figuras 4 e 5 apresentam a posição de trabalho atual dos participantes e o tipo de empresa nos quais trabalham ou trabalharam, respectivamente.

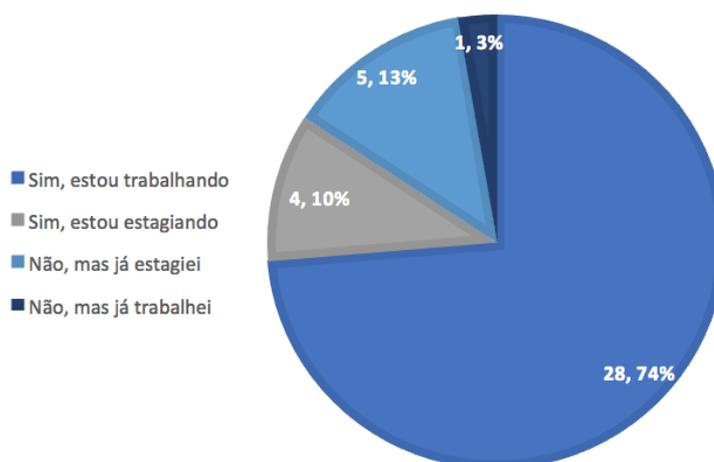


Figura 4: Posição de trabalho atual.
Fonte: Elaborado pelos autores

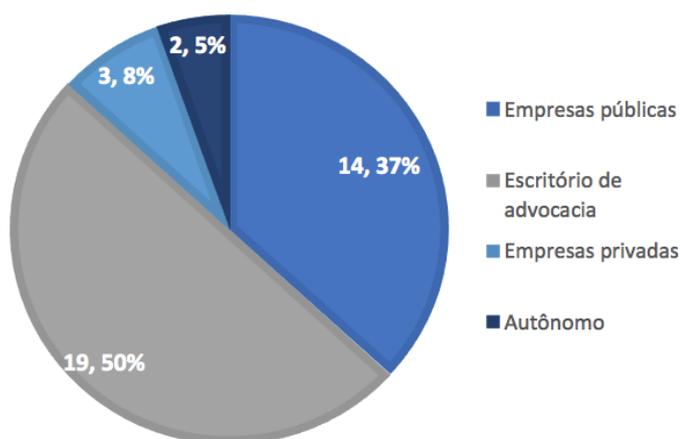


Figura 5: Tipo de empresa em que trabalham.

Fonte: Elaborado pelos autores

A grande maioria (74%) dos respondentes está trabalhando atualmente (figura 4) e, considerando-se autônomo como um pequeno escritório de advocacia – com apenas uma pessoa – (TECH, 2017), temos que 55% advoga (figura 5).

A seguir, na figura 6, estão dispostos os ramos de atuação dos respondentes.

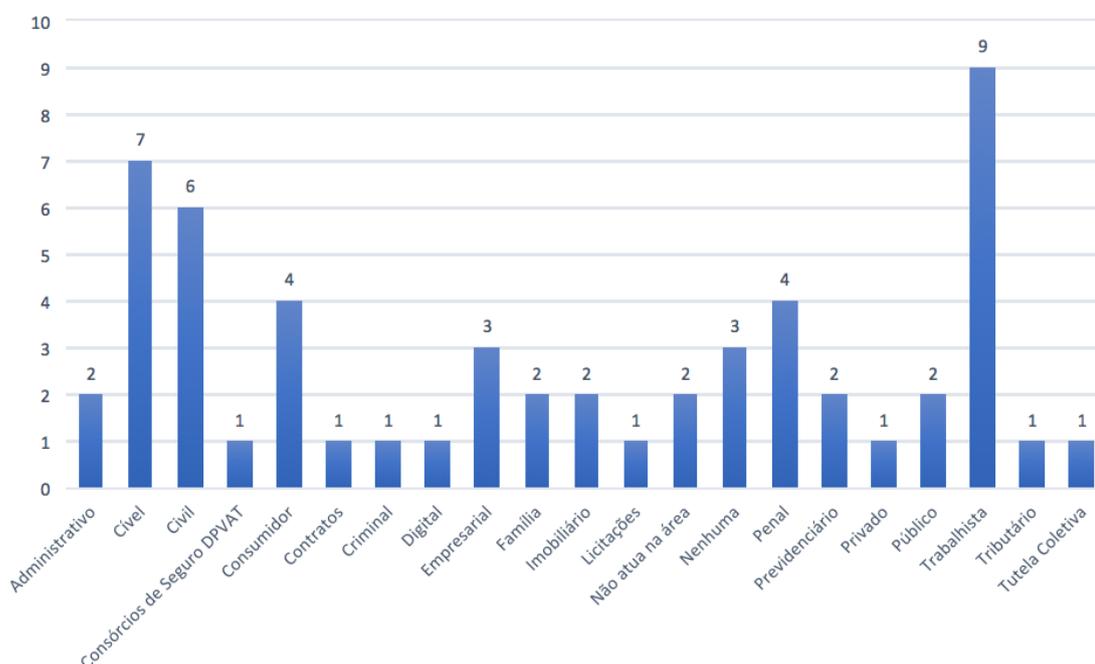


Figura 6: Ramo de atuação.

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme mostrado na figura 6, verificou-se que oito respondentes atuam em duas ou mais áreas (variando-se de dois a cinco ramos diferentes). Além disso, três respondentes ainda não possuem uma área específica e dois não atuam na área. O direito trabalhista é o que possui mais pessoas trabalhando (nove respondentes), seguido pelo cível (sete respondentes).

A figura 7 apresenta a especialização dos respondentes do questionário.

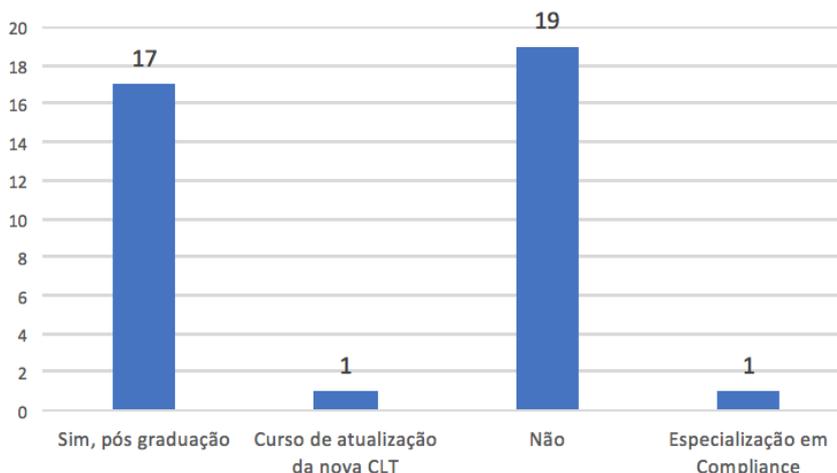


Figura 7: Especializações realizadas.

Fonte: Elaborado pelos autores

A respeito da especialização, pode-se notar na figura 7 que 50% dos respondentes não possuem nenhum curso de especialização. Dos outros 50% que possuem, a maioria possui apenas pós-graduação.

4.2. A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO SETOR JURÍDICO

A segunda parte do questionário refere-se a informações específicas acerca da Tecnologia da Informação nas empresas dos respondentes. Visto que há inúmeros escritórios de advocacia e até microempresas que não possuem um profissional de TI, as perguntas tiveram que ser endereçadas aos próprios advogados.

As três primeiras perguntas são relacionadas à comunicação interna (entre os advogados) e à externa (com clientes e organizações). A figura 8 apresenta o perfil de utilização da intranet por parte dos respondentes.

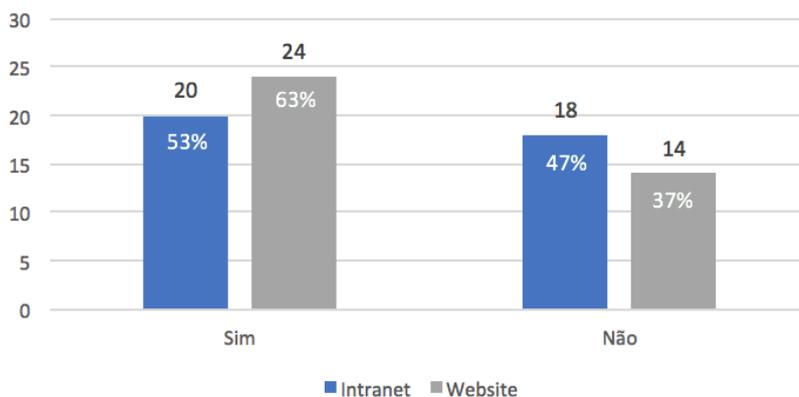


Figura 8: Utilização da intranet e existência de um website próprio.

Fonte: Elaborado pelos autores

Verificou-se que quase metade dos respondentes não possui uma rede de comunicação interna (intranet), de acordo com a figura 8. Para autônomos (escritórios com apenas um



advogado), não se faz necessário a utilização de uma intranet, porém, para escritórios e empresas com mais de dois advogados, ela facilita a comunicação entre os mesmos e auxilia no gerenciamento do conhecimento dentro do escritório. Esse percentual aumenta com relação ao website, porém muitos escritórios ainda não o utilizam. Possuir um website próprio aumenta a visibilidade do escritório e atrai mais clientes.

A figura 9 mostra a relação dos advogados com órgãos como fóruns e tribunais, por exemplo.

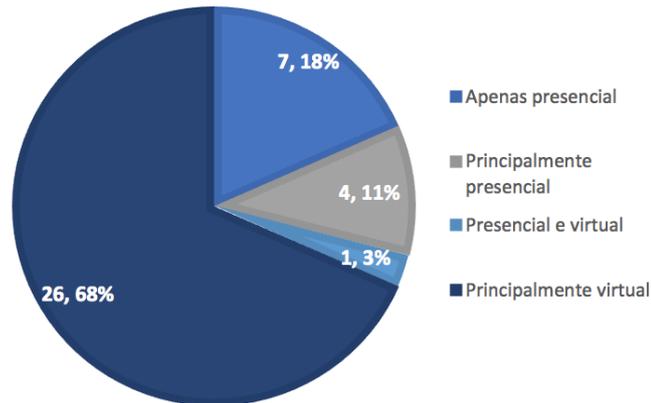


Figura 9: Relação dos advogados com órgãos como fóruns e tribunais.
Fonte: Elaborado pelos autores

Os resultados levantados a partir da figura 9 mostram como o setor jurídico já está passando por uma transformação tecnológica, especialmente com a digitalização do Judiciário e de processos (NETO; DEBBIO, 2017). Com isso, percebe-se a necessidade de os escritórios de advocacia acompanharem esse crescimento.

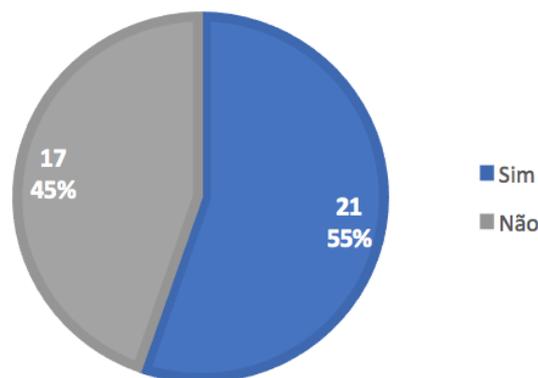


Figura 10: Utilização de software para digitalização de documentos.
Fonte: Elaborado pelos autores

Apesar dos resultados mostrados na figura 9, na figura 10 percebe-se que grande parte dos escritórios (45% nesta pesquisa) ainda não utiliza nem mesmo um *software* de digitalização. O uso de um *software* que poderia acelerar os processos operacionais internos e melhorar o



acesso às informações dos processos jurídicos em que os advogados estão trabalhando. É importante citar que, dos 21 respondentes que disseram que utilizam um *software* para digitalização, apenas 7 conseguiram informar o nome do mesmo.

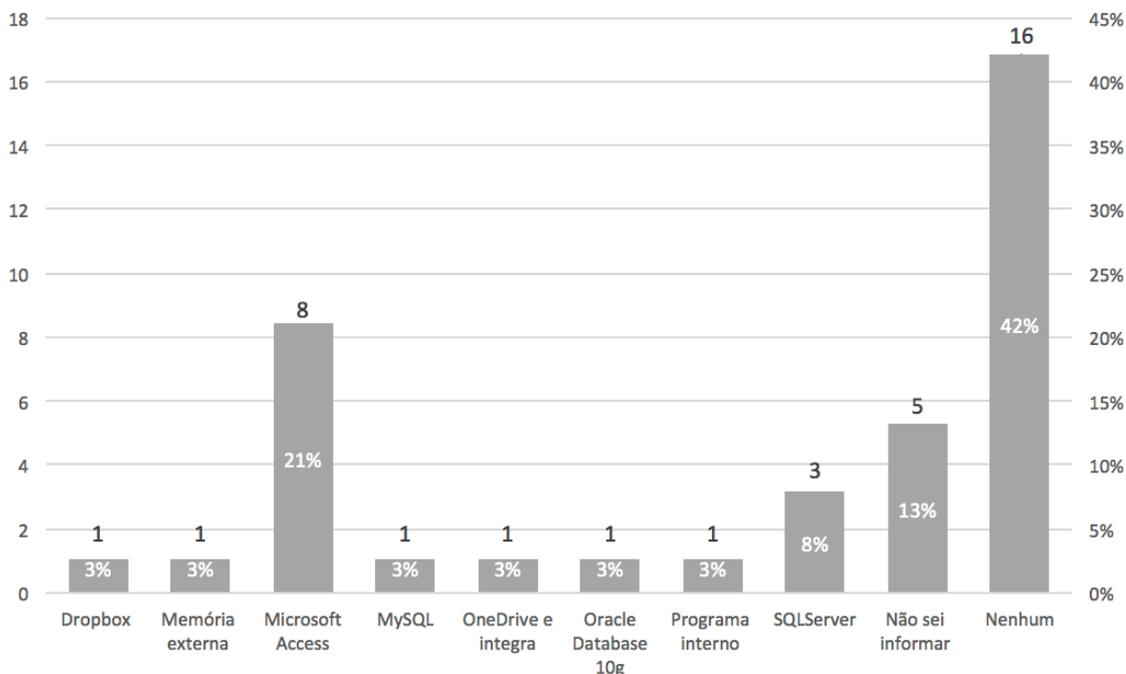


Figura 11: Utilização de Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados.

Fonte: Elaborado pelos autores

Um sistema muito importante para acesso e gerenciamento de dados é o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD). Nota-se, porém, que quase metade dos respondentes não utilizam nenhum SGBD (figura 11).

Em relação às redes, pode-se ver na figura 12, a seguir, que há a predominância das redes LAN, WLAN e VPN.

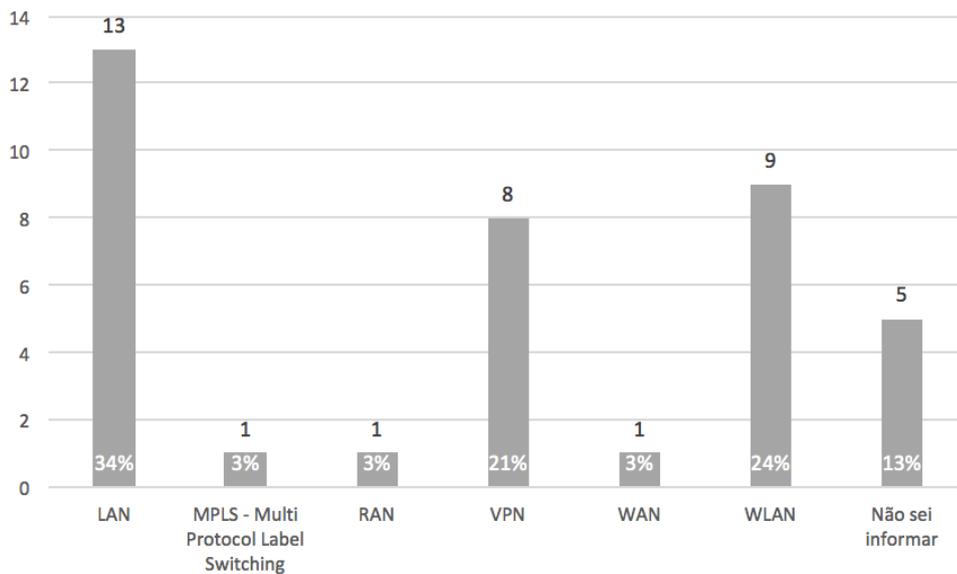


Figura 12: Redes de conexão utilizadas nas empresas e escritórios.

Fonte: Elaborado pelos autores

A figura 13 mostra quais as redes de conexão utilizadas nas empresas e escritórios nos quais os respondentes trabalham.

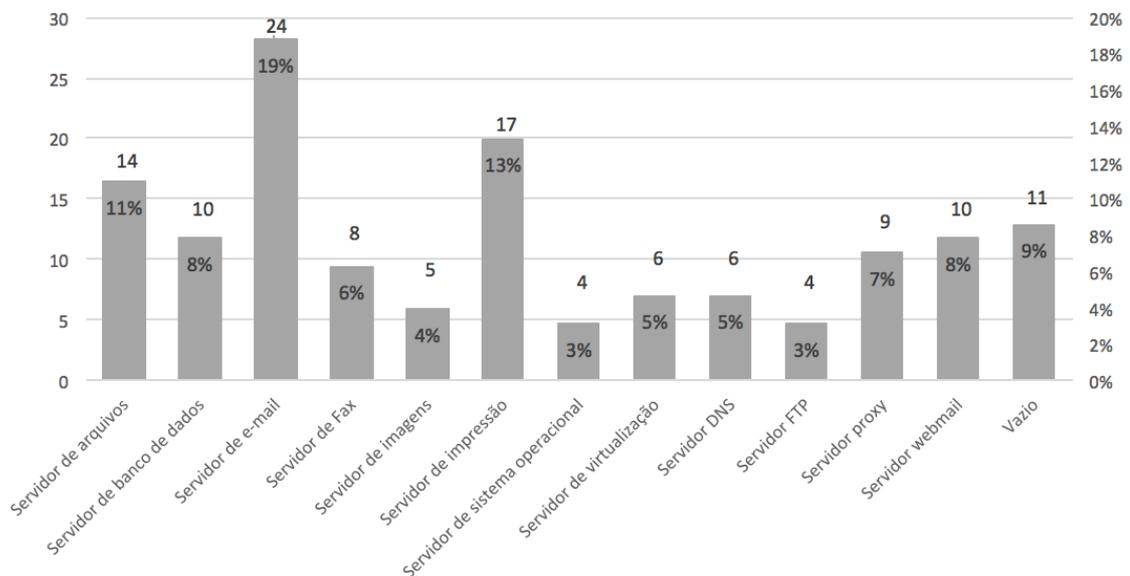


Figura 13: Redes de conexão utilizadas nas empresas e escritórios.

Fonte: Elaborado pelos autores

A pergunta sobre servidores no questionário permitia o respondente não marcar nenhuma das opções. Como pode-se ver, onze pessoas deixaram esta pergunta em branco, representando que ou elas não sabiam responder ou não existem servidores em suas empresas.

A figura 14 apresenta o sistema operacional presente nos computadores de trabalho dos participantes.

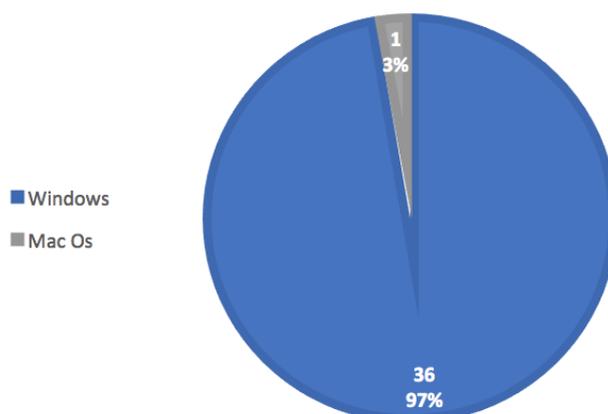


Figura 14: Sistema operacional utilizado nos computadores.

Fonte: Elaborado pelos autores

Sobre o sistema operacional utilizado nos computadores, há a predominância do sistema Windows, da empresa Microsoft. Nesta pergunta do questionário, uma pessoa apenas não respondeu.

A próxima pergunta trata da utilização de sistemas ERP nos escritórios e empresas, conforme será mostrado na figura 15, a seguir.

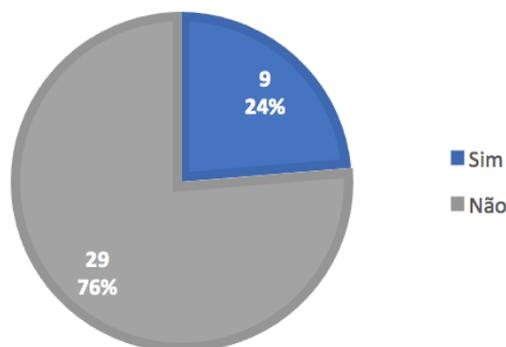


Figura 15: Utilização de sistemas ERP.

Fonte: Elaborado pelos autores

Sistemas de ERP ainda são muito pouco utilizados no setor (figura 15), o que também prejudica o fluxo de informações internas. Dos nove que responderam "sim", apenas três falaram o nome do ERP utilizado. Os softwares citados foram SAP, J e Integra. Um dos respondentes comentou que ainda não havia decidido entre Advbox, Advise ou Astrea.

Visto que a tecnologia da informação ainda não é uma área do conhecimento muito disseminada no meio jurídico, especialmente por não ser a atividade principal dos escritórios de advocacia, fez-se necessário conhecer qual o percentual de empresas que terceiriza os serviços de TI (figura 16). Para complementar esta pergunta, a seguir foram questionados quais serviços são terceirizados (figura 17).

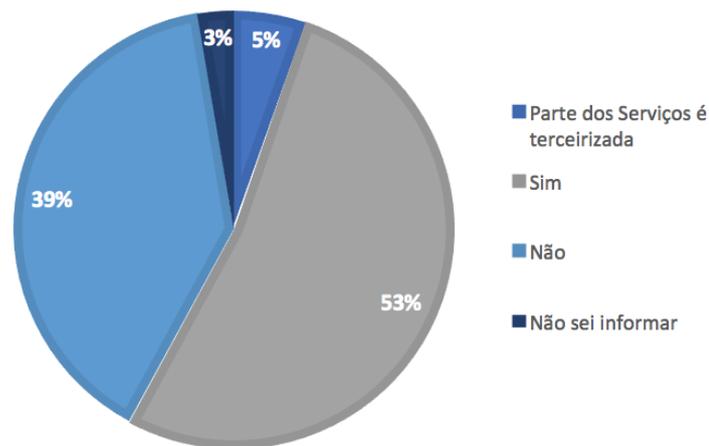


Figura 16: Percentual de terceirização da TI.
Fonte: Elaborado pelos autores

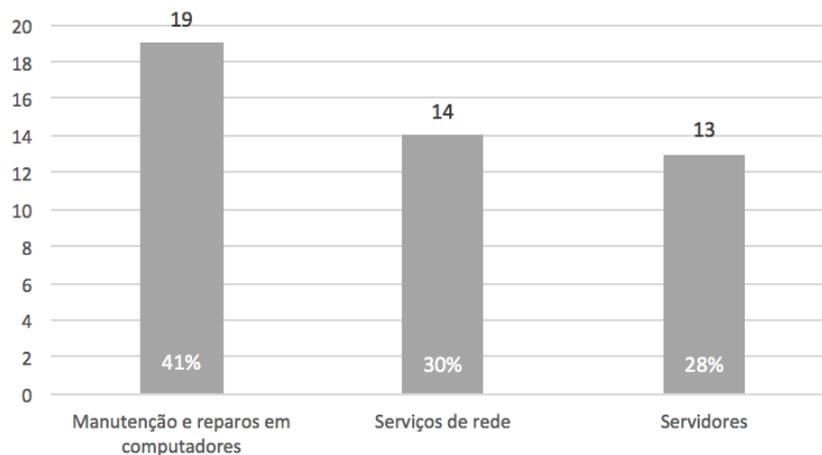


Figura 17: Serviços terceirizados.
Fonte: Elaborado pelos autores

Nota-se que 58% (22 respondentes) das empresas terceiriza pelo menos parte dos serviços de TI, sendo o principal serviço a manutenção e reparos nos computadores da empresa/escritório. Destes 22, 10 respondentes sabiam qual a empresa contratada.

A última pergunta realizada foi sobre o porte das empresas terceirizadas que são ou foram contratadas para prestar serviços de TI, indo de acessórias técnicas até reparos de equipamentos físicos. A figura 18 mostra os resultados.

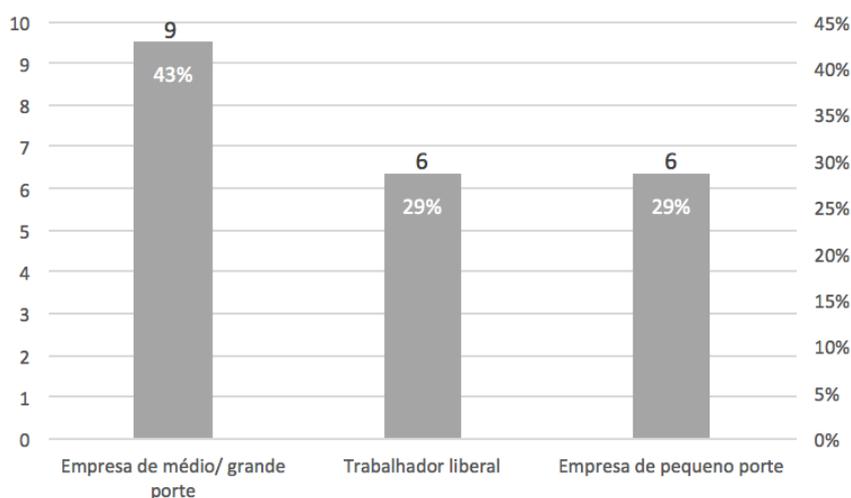


Figura 18: Tipo de empresa contratada para prestar serviços de TI.

Fonte: Elaborado pelos autores

O principal tipo de empresa contratada são as empresas de médio/grande porte, porém também há um grande número de empresas de pequeno porte e trabalhadores liberais contratados. Com o levantamento desses dados, pôde-se perceber que grande parte dos advogados possui pouco conhecimento sobre o assunto e que, apesar da digitalização no setor jurídico estar crescendo, muitos escritórios de advocacia não estão acompanhando esse ritmo.

5. CONCLUSÃO

A infraestrutura de TI em uma empresa, quando utilizada de forma eficaz, melhora o gerenciamento do conhecimento, tornando os processos internos mais eficientes e, assim, torna um escritório de advocacia mais competitivo. Além disso, isto facilitaria a comunicação com os clientes, a comunicação interna e melhoraria o fluxo de informações e de conhecimento. Este artigo realizou um levantamento bibliográfico sobre TI e sobre escritórios de advocacia, que constituíram a base para a formulação de um questionário. Verificou-se a partir do questionário que o setor possui um baixo nível tecnológico, tornando diferenciados e mais competitivos os escritórios que investirem em infraestrutura de TI.

A partir do estudo realizado, foi possível levantar o perfil dos escritórios de advocacia, especialmente os do Rio de Janeiro, e verificar que os mesmos estão aquém da capacidade tecnológica que poderiam ter, comprovando a hipótese proposta. Muitos apenas possuem os seus computadores conectados a uma rede WIFI ou LAN. Entretanto, devido ao aumento da digitalização do setor, como sistemas do governo para abrir processos jurídicos, é essencial que os escritórios de advocacia se modernizem e melhorem a sua infraestrutura de TI. Em especial, visto que a principal característica desta profissão é a utilização do conhecimento jurídico adquirido, a implementação de um SGBD é altamente recomendada, pois dados de todos os clientes, processos jurídicos passados e em andamento, e informações úteis para a profissão, estariam guardados virtualmente, podendo ser acessados a qualquer momento. Portanto, o principal processo a ser informatizado nos escritórios e, em especial, no escritório de advocacia estudado é o de armazenamento de dados.

Este artigo apresentou um estudo inicial sobre o tema, havendo outras possibilidades de abordagens sobre o uso de TI em escritórios de advocacia, além de somente a aplicação de



questionários. De acordo com a pesquisa bibliográfica realizada, este é um tema original, não encontrado em outros artigos até o momento atual. Assim, recomenda-se a realização de novos estudos acerca do tema, aprofundando os impactos da TI no desempenho de uma empresa com infraestrutura de TI avançada comparada com as demais e as melhorias nos processos internos e no atendimento ao cliente decorrente do maior uso de tecnologia.

6. REFERÊNCIAS

AL-MASHARI, M.; AL-MUDIMIGH, A.; ZAIRI, M. Enterprise resource planning: A taxonomy of critical factors. *European Journal of Operational Research*, v. 146, n. 2, p. 352–364, 16 abr. 2003.

AMANATULLAH, Y.; LIM, C.; IPUNG, H. P.; JULIANDRI, A. Toward cloud computing reference architecture: Cloud service management perspective. *International Conference on ICT for Smart Society*. Anais... In: *INTERNATIONAL CONFERENCE ON ICT FOR SMART SOCIETY*. jun. 2013

ARAÚJO, C. C.; OLIVEIRA, C.A.; CRUZ, C.; DANIEL, D.; SOUZA, J.; CASERTA, M. Gerenciamento de Banco de Dados: Análise Comparativa de SGBDs. Disponível em: <<https://www.devmedia.com.br/gerenciamento-de-banco-de-dados-analise-comparativa-de-sgbd/30788>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

CHANG, V.; WALTERS, R. J.; WILLS, G. B. Cloud computing and frameworks for organisational cloud adoption. *Delivery and Adoption of Cloud Computing Services in Contemporary Organizations*, v. 1, 2015.

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. *Sistemas de Banco de Dados*. Edição: 6 ed. São Paulo (SP): Pearson, 2010.

GILLERS, S. A Profession, If You Can Keep It: How Information Technology and Fading Borders are Reshaping the Law Marketplace and What We Should Do about It. *Hastings Law Journal*, v. 63, p. 953, 2012

GOTTSCHALK, P. Knowledge management in the professions: the case of IT support in law firms. *Proceedings of the 33rd Annual Hawaii International Conference on System Sciences*. Anais... In: *PROCEEDINGS OF THE 33RD ANNUAL HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES*. jan. 2000

HONG, K.-K.; KIM, Y.-G. The critical success factors for ERP implementation: an organizational fit perspective. *Information & Management*, v. 40, n. 1, p. 25–40, 1 out. 2002.

KHANDELWAL, V. K.; GOTTSCHALK, P. Information Technology Support for Interorganizational Knowledge Transfer: An Empirical Study of Law Firms in Norway and Australia. *Information Resources Management Journal (IRMJ)*, v. 16, n. 1, p. 14–23, 1 jan. 2003.

KUMAR, K.; HILLEGERSBERG, J. V. ERP EXPERIENCES AND EVOLUTION. Disponível em: <<http://link.galegroup.com/apps/doc/A61792746/AONE?sid=googlescholar>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. *Computer networking: A top-down approach featuring the internet*. [s.l.]: Addison Wesley, 2003.

NETO, E. A.; DEBBIO, A. D. A transformação digital no universo jurídico AB2L, 25 out. 2017. Disponível em: <<https://www.ab2l.org.br/transformacao-digital-no-universo-juridico/>>. Acesso em: 18 nov. 2017

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 8.906. LEI No 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994. . 4 jul. 1994, Sec. Capítulo IV, Art 16.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 10406/02. Código Civil - Lei 10406/02 | Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Presidência da Republica. . 10 jan. 2002.

RODAS, J. G. Universo jurídico também está passando pela transformação digital AB2L, 30 out. 2017. Disponível em: <<https://www.ab2l.org.br/universo-juridico-tambem-esta-passando-pela-transformacao-digital/>>. Acesso em: 19 nov. 2017

SEBRAE. Estudos e Pesquisas Sebrae | Sebrae. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/indice-de-confianca-dos-pequenos-negocios-no-brasil-detalle11,71280b91762b3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 25 nov. 2017.

SILBERSCHATZ, A.; GALVIN, P.; GAGNE, G. *Fundamentos de Sistemas Operacionais*. 8a. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.



TANENBAUM, A. S. Redes de Computadores. São Paulo: Ed. 2003.

TECH, T. Como montar um escritório de advocacia. Disponível em:

<<http://tikaltech.jusbrasil.com.br/artigos/510483601/como-montar-um-escritorio-de-advocacia>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

UMBLE, E. J.; HAFT, R. R.; UMBLE, M. M. Enterprise resource planning: Implementation procedures and critical success factors. European Journal of Operational Research, v. 146, n. 2, p. 241–257, 16 abr. 2003.

WOJTKOWSKI, W.; MAJOR, M. Information Intensive Small to Medium Sized Business. Annals of Cases on Information Technology, p. 90, 2004.

ANEXO I – QUESTIONÁRIO FINAL

Perguntas Gerais:

- 1) Em que estado você mora?
- 2) Qual a sua idade?
- 3) Qual a sua formação profissional? Por favor, indique apenas a sua GRADUAÇÃO.
 - a. Direito
 - b. Outro:
- 4) Você já finalizou o curso de graduação?
 - a. Sim
 - b. Não
- 5) Há quanto tempo está formado?
- 6) Possui alguma especialização? Marque também se ainda estiver cursando.
 - a. Sim, pós graduação
 - b. Sim, mestrado
 - c. Não
 - d. Outro:
- 7) Se sim, em qual ramo?
- 8) Está trabalhando atualmente?
 - a. Sim, estou trabalhando
 - b. Sim, estou estagiando
 - c. Não
 - d. Não, mas já trabalhei
 - e. Não, mas já estagiei
- 9) Qual o tipo de empresa que trabalha/trabalhou?
 - a. Escritório de advocacia
 - b. Empresas privadas
 - c. Empresas públicas
 - d. Outro:



- 10) Em qual ramo do direito você atua/atuou?
- 11) Pode nos dizer o nome da empresa/escritório?

Perguntas específicas:

- 12) A empresa possui intranet? Intranet é uma rede privada dentro da organização, acessível apenas para membros da organização.
 - a. Sim
 - b. Não
- 13) Existe algum website próprio (estrutura de internet externa)?
 - a. Sim
 - b. Não
- 14) Como se dá a relação com os fóruns, tribunais, etc?
 - a. Apenas presencial
 - b. Principalmente presencial
 - c. Presencial e virtual
 - d. Principalmente virtual
 - e. Apenas virtual
- 15) A empresa faz uso de algum software para digitalização de documentos?
 - a. Sim
 - b. Não
- 16) Se sim, pode nos dizer o nome do software?
- 17) Qual o tipo de banco de dados utilizado?
 - a. SQLServer
 - b. MySQL
 - c. FirebirdSQL
 - d. Microsoft Access
 - e. mSQL
 - f. Nenhum
 - g. Outro:
- 18) Qual o tipo da rede que é utilizado no escritório em que trabalha? Rede é uma maneira de conectar computadores para que eles tenham consciência um do outro e possam juntar seus recursos.
 - a. LAN – Local Area Network
 - b. VPN – Virtual Private Network
 - c. MAN – Metropolitan Area Network



- d. RAN – Regional Area Network
 - e. WAN – Wide Area Network
 - f. WLAN – Wireless Local Area Network
 - g. Outro:
- 19) Quais os tipos de servidores utilizados? (marque todas as alternativas aplicáveis)
Servidor é um software ou computador, com sistema de computação centralizada que fornece serviços a uma rede de computadores.
- a. Servidor de Fax
 - b. Servidor de arquivos
 - c. Servidor de e-mail
 - d. Servidor de impressão
 - e. Servidor de banco de dados
 - f. Servidor DNS, Servidor proxy
 - g. Servidor de imagens
 - h. Servidor FTP
 - i. Servidor webmail
 - j. Servidor de virtualização
 - k. Servidor de sistema operacional
- 20) Qual o Sistema operacional que administra a rede? Sistema operacional é um programa ou um conjunto de programas, cuja função é servir de interface entre o computador e o usuário.
- a. Linux
 - b. Mac Os
 - c. Windows
 - d. Outro:
- 21) A empresa possui ERP? ERP (Enterprise Resource Planning), que significa a “Planejamento dos recursos da empresa” são softwares que integram todos os dados e processos de uma organização em um único Sistema.
- a. Sim
 - b. Não
- 22) Se sim, poderia nos dizer qual?
- a. SAP
 - b. TOTVS
 - c. Microsoft Dynamics
 - d. Oracle
 - e. Outro:
- 23) A empresa terceiriza os serviços de TI?



a. Sim

b. Não

24) Se sim, qual o tipo de empresa é contratada?

a. Trabalhador liberal

b. Empresa de pequeno porte

c. Empresa de médio/ grande porte

25) Quais os tipos de serviços de TI são terceirizados? (marque todas as alternativas aplicáveis)

a. Manutenção e reparos em computadores

b. Servidores

c. Serviços de rede

d. Outro:

26) Poderia nos dizer o nome da empresa terceirizada?